

REPÚBLICA DE



CABO VERDE



# BOLETIM OFICIAL

PREÇO DESTE NÚMERO : 24\$00

*Toda a correspondência quer oficial, quer relativo a anúncios e à assinatura do Boletim Oficial deve ser dirigida à Administração da Imprensa Nacional, na cidade do Praia.*

*O preço dos anúncios é de 10\$ a linha. Quando o anúncio for exclusivamente de tabelas ou com tabelas intercaladas no texto, será o respectivo espaço acrescentado de 30%. Não serão publicados anúncios que não venham acompanhados da importância precisa para garantir o seu custo.*

**ASSINATURAS**

	Ano	Semestre
Para o País	400\$00	380\$00
Para o estrangeiro	900\$00	740\$00
AVULSO: por cada duas páginas	4\$00	

Os períodos de assinatura contam-se por anos civis, o seus semestres. Os números publicados antes de ser tomada a assinatura, são considerados venda avulsa.

*Todos os originais com destino ao Boletim Oficial devem ser enviados à Administração da Imprensa Nacional até às 16 horas da Quinta-feira de cada semana.*

*Os que o forem depois da data fixada ficarão para o número da semana seguinte.*

*Os originais dos vários serviços públicos deverão conter a assinatura do chefe, autenticada com o respectivo selo branco.*

## SUMARIO

### GABINETE DO PRIMEIRO MINISTRO

**Despacho:**

Orando a Comissão Nacional de Nutrição.

**Despacho:**

Delegando no Delegado Regional do Governo a competência para conferir posse aos membros do Conselho Deliberativo do Porto Novo.

### MINISTÉRIO DA COORDENAÇÃO ECONÓMICA:

**Despachos.**

Concedendo fundos permanentes à Secretaria-Geral do Governo, à Direcção-Geral de Farmácia e à Direcção Regional de Farmácia, e nomeiam as respectivas comissões administrativas, para os administrar.

### MINISTÉRIO DA JUSTIÇA:

**Rectificação:**

Ao Despacho de 4 de Fevereiro, publicado no Boletim Oficial n.º 11/78.

### Gabinete do Primeiro Ministro:

Direcção-Geral da Função Pública e Trabalho

### Ministério da Educação e Cultura

Secretaria-Geral:

### Ministério da Justiça:

Conselho Nacional de Justiça

Contas e balancetes diversas

## GABINETE DO PRIMEIRO MINISTRO

### Despacho

A situação de emergência que se vive no país, como consequência de prolongada seca, tem exigido do Governo a adopção de medidas oportunas em ordem a garantir às populações mais atingidas o mínimo de condições para a sua subsistência diária, mobilizando todos os recursos internos e externos disponíveis para combater e neutralizar os seus efeitos.

Porém, a situação resulta agravada com a total ausência de produção agrícola no ano de 1977/1978, e, nessa decorrência, impõe-se sejam reforçados e aumentados os meios de intervenção numa escala mais alargada, que permitam ter um controle eficaz e oportuno sobre a evolução do estado nutricional de largas camadas populacionais, em especial das zonas rurais, exigindo consequentemente uma actuação coordenada dos departamentos estatais competentes, à base de um programa de acção previamente elaborado.

Nestes termos, e tendo em consideração a orientação definida pelo Conselho de Ministros em sua sessão ordinária de 15 de Março do corrente ano,

**Determino:**

1. É criada a Comissão Nacional de Nutrição que terá por atribuições:

- Elaborar um programa de assistência às populações directamente atingidas pela seca, coordenando e controlando a sua execução;
- Vigiar e acompanhar de forma permanente a evolução do estado nutricional das populações, adoptando as medidas convenientes para a sua melhoria e correcção;
- Dinamizar e coordenar as acções das estruturas locais de intervenção na execução do programa de assistência, controlando a correcta aplicação dos meios e recursos postos à sua disposição;

d) Propôr superiormente as acções ou medidas que julgar convenientes para o reforço e melhoria qualitativa da situação nutricional do país.

2. A Comissão será integrada pelas seguintes entidades, que designarão os respectivos substitutos;

Ministro da Saúde e Assuntos Sociais, que preside;  
 Ministro da Educação e Cultura;  
 Ministro do Desenvolvimento Rural;  
 Secretário de Estado da Administração Interna, Função Pública e Trabalho;  
 Secretário de Estado da Cooperação e Planeamento;  
 1.º Secretário da Região de Santiago do PAIGC;  
 Presidente do Instituto Caboverdeano de Solidariedade.

3. A Comissão elaborará e aprovará o seu regulamento interno no prazo de 30 dias a contar da data do presente despacho, e poderá criar no seu seio subcomissões ou grupos de trabalho integrados por seus membros e pessoas estranhas, para estudo e execução de acções específicas.

4. A Comissão informará periodicamente o Primeiro Ministro das suas actividades através de cópias das actas das reuniões que realizar e de um relatório trimestral, que para o efeito remeterá à Secretaria-Geral do Governo.

5. O presente despacho entra imediatamente em vigor.

Gabinete do Primeiro Ministro, 27 de Abril de 1978. — O Primeiro Ministro, *Pedro Pires*.

#### Despacho

Usando da faculdade conferida pelo artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 58/75 de 4 de Dezembro, delego ao Camarada Pedro Gabriel Monteiro Duarte, Delegado Regional do Governo, a competência para conferir posse aos membros do Conselho Deliberativo do Porto Novo.

Gabinete do Primeiro Ministro, 6 de Maio de 1978. — O Primeiro Ministro, *Pedro Pires*.

—o§o—

### MINISTÉRIO DA COORDENAÇÃO ECONÓMICA

#### Secretaria de Estado das Finanças

#### Despacho

Tendo a Secretaria-Geral do Governo proposto a constituição de um fundo permanente de 25 000\$ para ocorrer ao pagamento de certas despesas que não se compadecem com a formalidade de requisição prévia;

Determino:

1. É concedido à Secretaria-Geral do Governo um fundo permanente de 25 000\$, destinado a ocorrer ao pagamento de despesas urgentes e diárias que não se compadecem com as formalidades legais de requisição prévia, durante o ano de 1978.

2. A gestão do fundo competirá a uma comissão formada pelos seguintes indivíduos:

Chefe de Gabinete do Primeiro Ministro;  
 Virgínio Maria Pereira, chefe de secção;  
 Napoleão Bonaparte dos Santos, 1.º oficial.

3. A reconstituição do fundo far-se-á à medida que forem sendo apresentados os justificativos das despesas à Direcção-Geral de Finanças que verificará se foram cumpridas as formalidades legais, devendo a respectiva reposição operar-se até 31 de Dezembro do corrente ano.

Secretaria de Estado das Finanças, na Praia, 13 de Maio de 1978. — O Secretário de Estado, *José Tomás Veiga*.

#### Despacho

Tendo a Direcção-Geral de Farmácia e a Direcção Regional de Farmácia proposto a concessão dos fundos permanentes de 10 000\$ e 5 000\$ para ocorrerem ao pagamento de despesas com o embarque e desembarque de medicamentos e aquisição de certos artigos que não se compadecem com as formalidades legais de requisição prévia;

Determino.

1. São concedidos à Direcção-Geral de Farmácia e à Direcção Regional de Farmácia fundos permanentes de 10 000\$ e 5 000\$, respectivamente, para ocorrerem ao pagamento de despesas com o embarque e desembarque de medicamentos e aquisição de certos artigos que não se compadecem com as formalidades legais de requisição prévia.

2. Para administrar os fundos de que trata o número anterior, funcionarão comissões assim constituídas:

Direcção-Geral de Farmácia:

Judith da Cunha Ferro R. Oliveira Lima;  
 Maria da Luz Nobre Leite;  
 Filinto Fonseca Rezende Costa.

Direcção Regional de Farmácia:

Armanda Fonseca;  
 Maria Guadalupe dos Santos Faustino;  
 Emanuel Cândida Almeida Pereira.

3. A reconstituição dos fundos far-se-á à medida que forem sendo apresentados os justificativos das despesas à Direcção-Geral de Finanças e à Repartição de Finanças do concelho de S. Vicente que verificarão se foram cumpridas as formalidades legais no respectivo despesamento.

4. Os fundos serão repostos até 31 de Dezembro do corrente ano.

Secretaria de Estado das Finanças, 13 de Maio de 1978. — O Secretário de Estado, *José Tomás Veiga*.

—o§o—

### MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

#### Gabinete do Ministro

#### Rectificação

Ao despacho de 4 de Fevereiro de 1978, publicado no *Boletim Oficial* n.º 11/78, de 18 de Março:

Relação do pessoal que, nos termos do artigo 2.º do Decreto n.º 88/77, de 3 de Setembro, transita para os diferentes lugares do quadro da Direcção-Geral dos Registos e do Notariado:

Nomes	Categorias	Tipo de nomeação
Eduardo Alberto Gomes Rodrigues...	Director-Geral	Com. serv.
Jerónimo Cardoso da Silva ...	Conservador	Contrato
Jorge de Oliveira Lima ...	Conservador	Contrato
Armanda Alcinda Mendes da Fonseca Torres ...	1.º oficial	Definitivo
Aldina Delgado Freire Soares Frederico a) ...	1.º oficial	Provisório
Fernanda Maria Silva Oliveira da Fonseca ...	2.º oficial	Definitivo
Isolma de Pina Correia e Silva b) ...	3.º oficial	Definitivo
Maria das Mercês dos Santos Silva ...	3.º oficial	Definitivo
José Luís Ramos Frederico ...	3.º oficial	Provisório
Amílcar Soares Ribeiro ...	3.º oficial	Provisório
Joaquina Maria Carvalho Sena T. Barbosa ...	3.º oficial	Interino
João José Rodrigues c) ...	Aspirante	Definitivo
Matias Dias de Sousa c) ...	Aspirante	Provisório
Ana Maria do Rosário Filipe S. Lopes c) ...	Aspirante	Provisório
Carlos Alberto de Pina c) ...	Aspirante	Provisório
Maria Helena de Sena Ferro L. da Silva ...	Aspirante	Provisório
Eugénia Lima Rebelo ...	Aspirante	Provisório
Vanda Monteiro Carvalho Portela e Prado ...	Aspirante	Provisório
Portúria Maria Fernandes ...	Aspirante	Provisório
Esabete Maria Silva Araújo ...	Aspirante	Provisório
Manuel do Carmo Andrade Freire ...	Aspirante	Provisório
Lucas Evangelista Andrade c) ...	Aspirante	Provisório
Odete Olga Rodrigues Brazão de Almeida ...	Aspirante	Provisório
José Luís Sanches Tavares ...	Aspirante	Provisório
Julietta Silva Santos Oliveira ...	Aspirante	Interino
Maria dos Reis Monteiro Gomes António de Jesus Coelho Monteiro ...	Aspirante	Interino
Félix Gomes Tavares ...	Esc.-dactilóg.	Definitivo
Filomena Rosa Mendes Teixeira Silva d) ...	Esc.-dactilóg.	Definitivo
José António Galvão Gonçalves d) ...	Esc.-dactilóg.	Contrato
Martinho Semedo Lopes ...	Esc.-dactilóg.	Contrato
Joana Guiomar Andrade Modesto ...	Esc.-dactilóg.	Provisório
Marcello P. Lopes Carvalhal B. Vicente ...	Esc.-dactilóg.	Provisório
Alino Tavares Centeio ...	Esc.-dactilóg.	Provisório
Maria da Conceição Vaz Tavares de Melo ...	Esc.-dactilóg.	Provisório
Rogério Baptista Teixeira Rodrigues ...	Esc.-dactilóg.	Provisório
Maria da Conceição Delgado Monteiro ...	Esc.-dactilóg.	Interino
Maria de Jesus Mendes ...	Esc.-dactilóg.	Interino
Maria da Luz Brito ...	Esc.-dactilóg.	Interino
Maria de Fátima Almeida Duarte ...	Esc.-dactilóg.	Interino
Cesaltina de Fátima P. S. Correia ...	Esc.-dactilóg.	Interino
Mário Lopes Pereira Leal ...	Esc.-dactilóg.	Interino
Silvino Delgado Andrade ...	Esc.-dactilóg.	Interino
António Anacleto Fortes ...	Esc.-dactilóg.	Interino
Lina Paulina Soares Monteiro ...	Esc.-dactilóg.	Interino
José António Rodrigues Pires ...	Esc.-dactilóg.	Interino
Manuel Sanches Tavares ...	Servente	Assalar'am.
Maria de Lourdes Rodrigues Lopes ...	Servente	Assalar'am.
Adélia dos Reis Borges Brito Livramento ...	Servente	Assalar'am.
Maria Teresa Vaz ...	Servente	Assalar'am.
Edmar Rosa da Cruz Rocha ...	Servente	Assalar'am.
Isabel Conceição Mendes Oliveira Tavares ...	Servente	Assalar'am.

- a) — Em Comissão de Serviço como Secretária do Ministro da Justiça;
- b) — Exerce, interinamente, as funções de 2.º oficial da mesma Direcção-Geral;
- c) — Exercem, interinamente, as funções de 3.º oficial da mesma Direcção-Geral;
- d) — Exercem, interinamente, as funções de aspirante da mesma Direcção-Geral.

Ministério da Justiça, 25 de Abril de 1978. — O Ministro, *David Hopffer Almada*.

## GABINETE DO PRIMEIRO MINISTRO

### Secretaria de Estado da Administração Interna, Função Pública e Trabalho

#### Direcção-Geral da Função Pública e Trabalho

Despacho do Camarada Primeiro Ministro:

De 14 de Março de 1978:

José Manuel Monteiro — assalariado para, nos termos do artigo 51.º do Estatuto do Funcionalismo, exercer o cargo de contínuo de 2.ª classe da Secretaria-Geral do Governo.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 2.º, do artigo 15.º do orçamento vigente. — (Visado pelo Conselho Nacional de Justiça em 10 de Maio de 1978).

#### Despachos do Camarada Ministro da Educação e Cultura:

De 11 de Fevereiro de 1978:

Aline Veiga Barros — assalariada para, nos termos do artigo 51.º do Estatuto do Funcionalismo, exercer o cargo de servente, da Escola Preparatória do Fogo.

Maria do Carmo Veiga Barros, servente assalariada, da Escola Preparatória do Fogo — contratada para, nos termos do artigo 45.º do Estatuto do Funcionalismo, exercer o cargo de contínuo da referida Escola.

As despesas têm cabimento nas dotações inscritas no capítulo 12.º, artigo 74.º do orçamento vigente.

Albertina Lopes Fortes — contratada para, nos termos do artigo 45.º do Estatuto do Funcionalismo, exercer o cargo de contínuo, do Liceu «Ludgero Lima».

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 26.º do artigo 175.º do orçamento vigente.

Maria de Fátima Lima — contratada para, nos termos do artigo 45.º do Estatuto do Funcionalismo, exercer o cargo de contínuo, da Escola Preparatório do Mindelo.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 10.º, artigo 58.º do orçamento vigente.

Ana Correia — assalariada para, nos termos do artigo 51.º do Estatuto do Funcionalismo, exercer o cargo de servente, da Escola Preparatória do Fogo.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 12.º, artigo 74.º do orçamento vigente.

Maria de Fátima Ramos — assalariada para, nos termos do artigo 51.º do Estatuto do Funcionalismo, exercer o cargo de servente, da Escola Industrial e Comercial do Mindelo.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 29.º, artigo 199.º do orçamento vigente.

Anildo Benfeito dos Reis — contratado para, nos termos do artigo 45.º do Estatuto do Funcionalismo, exercer o cargo de contínuo do Liceu «Ludgero Lima».

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 26.º, artigo 175.º do orçamento vigente.

(Visados pelo Tribunal Administrativo e de Contas, em 28 de Abril de 1978).

De 13 de Março:

Maria Filomena dos Santos — assalariada para, nos termos do artigo 51.º do Estatuto do Funcionalismo, exercer o cargo de servente, da Escola Preparatória da Ribeira Grande.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 14.º, artigo 90.º do orçamento vigente.

(Visados pelo Tribunal Administrativo e de Contas, em 28 de Abril de 1978):

Despachos do Camarada Ministro dos Transportes e Comunicações:

De 17 de Janeiro de 1978:

António Vicente Silva — nomeado para, interinamente, exercer o cargo de guarda-fios de 3.ª classe, dos Serviços dos Correios e Telecomunicações.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 2.º, artigo 7.º do orçamento dos Correios e Telecomunicações vigente. — (Visado pelo Conselho Nacional de Justiça, em 14 de Abril de 1978):

De 15 de Abril:

Maria Augusta Gonçalves, servente assalariada de carácter permanente dos Transportes Aéreos de Cabo Verde — concedida licença registada por um período de 60 dias a partir de 1 de Maio do corrente ano.

Despachos do Camarada Ministro da Saúde e Assuntos Sociais:

De 21 de Fevereiro de 1978:

Filomena de Jesus Duarte Dantas Ferreira — contratada para, nos termos do artigo 45.º do Estatuto do Funcionalismo, exercer o cargo de Auxiliar de Produção de Medicamentos, da Direcção-Geral de Saúde.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 3.º, artigo 14.º do orçamento vigente.

(Visado pelo Tribunal Administrativo e de Contas, em 28 de Abril de 1978):

De 13 de Março:

Maria Gabriela de Oliveira Dias Ramos — nomeada para, interinamente, exercer o cargo de escriturária-dactilógrafa, da Direcção-Geral de Saúde, ficando colocada em S. Nicolau.

António João Araújo — assalariado para, nos termos do artigo 51.º do Estatuto do Funcionalismo, exercer o cargo de servente da Direcção-Geral de Saúde, ficando colocado na Delegacia de Saúde do Sal.

As despesas têm cabimento nas dotações inscritas no capítulo 3.º, artigo 14.º do orçamento vigente. — (Visados pelo Conselho Nacional de Justiça, em 14 de Abril de 1978):

De 29 de Março:

Firmino Estevão Duarte, servente da Direcção-Geral de Saúde e Assuntos Sociais — homologado o parecer da Junta de Saúde de Barlavento, emitido em sessão de 16 de Março de 1978, que é do seguinte teor:

«Que o examinado não se encontra apto para desempenhar as funções que exerce».

De 24 de Abril:

Edmundo Lopes Ferreira, professor de posto escolar, de serviço eventual — homologado o parecer da Junta de Saúde de Sotavento, emitido em sessão de 23 de Março de 1978, que é do seguinte teor:

«O examinado deve ser evacuado para o exterior e para um centro especializado em ortopedia, por se encontrarem esgotados os recursos locais de tratamento e por se presumir uma incapacidade funcional permanente da articulação do cotovelo directo com a sua permanência neste Estado».

Obs.: Evacuar para Portugal.

Despacho do Camarada Ministro das Obras Públicas.

De 7 de Julho de 1977:

Clarimundo dos Santos Brito — assalariado para, nos termos do artigo 51.º do Estatuto do Funcionalismo, exercer o cargo de lubrificador de 2.ª classe, da Direcção-Geral das Obras Públicas.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 2.º, artigo 9.º do orçamento vigente. — (Visado pelo Conselho Nacional de Justiça, em 14 de Abril de 1978):

Despachos do Camarada Ministro da Justiça:

De 14 de Julho de 1977:

Odete Olga Rodrigues, aspirante, provisória, da Direcção-Geral dos Registos e do Notariado — nomeada para, interinamente, exercer o cargo de 3.º oficial, da mesma Direcção-Geral, ficando colocada na Conservatória dos Registos de Sotavento, com efeitos retroactivos à data do despacho.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 8.º, artigo 44.º do orçamento vigente.

De 3 de Fevereiro de 1978:

Agnelo Alberto Brito Araújo, ajudante de carcereiro da Cadeia Civil da Região de Sotavento — nomeado para, interinamente, exercer o cargo de carcereiro da referida Região, devendo entrar imediatamente no exercício do cargo, por urgente conveniência de serviço, sem dependência prévia do visto ou da publicação, nos termos do Decreto n.º 24 800/34, de 20 de Dezembro, aplicável aos Serviços de Justiça pelo Decreto n.º 25 724/35, de 7 de Agosto.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 7.º, artigo 45.º do orçamento vigente.

(Visados pelo Tribunal Administrativo e de Contas em 28 de Abril de 1978).

De 14 de Março:

Clara Coelho Morais, candidata classificada em concurso — nomeada para, provisoriamente, exercer o cargo de escriturária-dactilógrafa de 2.ª classe, da Procuradoria da Re-



pública junto do Tribunal Judicial da Região de Barlavento, devendo continuar a desempenhar interinamente o cargo de aspirante da mesma Procuradoria.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 7.º, artigo 45.º do orçamento vigente. — (Visado pelo Conselho Nacional de Justiça, em 14 de Abril de 1978):

Despachos do Camarada Secretário de Estado da Administração Interna, Função Pública e Trabalho:  
De 14 de Fevereiro de 1978:

Joaquim da Silva Macedo — nomeado para, interinamente, exercer o cargo de aspirante, da Direcção-Geral da Administração Interna, ficando colocado no Secretariado Administrativo do Fogo.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 9.º, artigo 71.º do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal Administrativo e de Contas, em 28 de Abril de 1978).

De 27 de Abril:

Lucindo Correia de Pina, condutor auto de 2.ª classe, assalariado da Secretaria-Geral da Presidência da República — exonerado das referidas funções a partir de 28 de Fevereiro último.

Despachos do Camarada Secretário Geral do Ministério da Saúde e Assuntos Sociais, por delegação do Camarada Ministro da Saúde e Assuntos Sociais:

De 11 de Abril de 1978:

July Luís Évora, ajudante de tráfego dos Transportes Aéreos de Cabo Verde — homologado o parecer da Junta de Saúde de Sotavento, emitido em sessão de 6 de Abril de 1978, que é do seguinte teor:

«O examinado já se encontra apto a retomar as suas actividades profissionais, devendo, contudo, continuar em tratamento ambulatorio com o seu médico assistente e apresentar-se semestralmente à Junta de Saúde».

De 21:

Boaventura José dos Santos, delegado do Procurador da República da Sub-Região de Santa Cruz, do Ministério da Justiça — homologado o parecer da Junta de Saúde de Sotavento, emitido em sessão de 20 de Abril de 1978, que é do seguinte teor:

«O examinado já se encontra em condições de retomar as suas actividades profissionais, devendo, contudo, continuar em tratamento ambulatorio com o seu médico assistente e apresentar-se semestralmente à Junta de Saúde».

Dêa da Silva Sousa Brito Almeida, esposa do tesoureiro de Empresa Pública de Abastecimento — Abel de Almeida Guimarães — homologado o parecer da Junta de Saúde de Sotavento, emitido em sessão de 20 de Abril de 1978, do seguinte teor:

«A examinada deve continuar em tratamento ambulatorio com o seu médico assistente».

Pedro Spínola, enfermeiro de 1.ª classe da Direcção-Geral de Saúde — homologado o parecer da Junta de Saúde de Sotavento, emitido em sessão de 13 de Abril de 1978, que é do seguinte teor:

«O examinado necessita de mais quinze dias, para repouso e tratamento, findos os quais deve ser de novo presente à Junta de Saúde».

José Duarte Gonçalves, 1.º oficial dos Transportes Aéreos de Cabo Verde — homologado o parecer da Junta de Saúde de Sotavento, emitido em sessão de 20 de Abril de 1978, que é do seguinte teor:

«Ao examinado devem ser concedidos quinze dias para repouso e consolidação de tratamento, findos os quais deve ser de novo presente à Junta de Saúde».

Despachos do Camarada Director Regional de Saúde de Barlavento por delegação do Camarada Ministro da Saúde e Assuntos Sociais:

De 29 de Março de 1978:

Simprónia de Lourdes Silva Brito, 3.º oficial do quadro Administrativo das Alfândegas de Cabo Verde — homologado o parecer da Junta de Saúde de Barlavento, emitido em sessão de 23 de Março de 1978, que é do seguinte teor:

«Que a examinada encontra-se apta a retomar o serviço».

De 1 de Abril:

Augusto João Inocêncio, agente da Polícia de Ordem Pública — homologado o parecer da Junta de Saúde de Barlavento, emitido em sessão de 30 de Março de 1978, que é do seguinte teor:

«Que ao examinado devem ser concedidos setenta e cinco dias de licença para tratamento, a contar da data do seu internamento no Hospital de S. Vicente, em 1 de Fevereiro, findos os quais deve ser de novo presente à Junta».

Obs: O examinado esteve internado no Hospital desde 1 de Fevereiro até a presente data».

José Alves, professor de Posto Escolar do Ministério de Educação e Cultura — homologado o parecer da Junta de Saúde de Barlavento, emitido em sessão de 30 de Março de 1978, que é do seguinte teor:

«Que o examinado se encontra apto a retomar o serviço».

Despacho do Camarada Director Regional de Saúde de Barlavento, por delegação do Camarada Ministro da Saúde e Assuntos Sociais:

De 15 de Abril de 1978:

Luís de Matos Miranda Fortes, filho de António Almeida Fortes, chefe de departamento da Direcção-Geral das Finanças — homologado o parecer da Junta de Saúde de Barlavento, emitido em sessão de 23 de Março de 1978, que é do seguinte teor:

«Que o examinado deve ser evacuado para o exterior a fim de ser observado num centro de otorrinolaringologia, por estarem esgotados os recursos locais de tratamento e diagnóstico, e correr perigo de incapacidade com permanência no país».

Obs.: Foi observado pelo otorrinolaringologista que esgotou os meios locais de diagnóstico. Deve ser acompanhado por uma pessoa de família. Evacuar para Portugal.

Direcção-Geral da Função Pública e Trabalho, na Praia, 13 de Maio de 1978. — O Director-Geral, *Jorge Manuel Soares de Brito*.

## MINISTERIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

## Secretaria-Geral

Lista definitiva dos candidatos admitidos ao concurso aberto por anúncio publicado no *Boletim Oficial* n.º 31, de 30 de Junho de 1977, para provimento de vagas de professores do quadro do ensino primário elementar desta República, nos termos do disposto no artigo 240.º e seguintes do Regulamento do Ensino Primário Elementar, aprovado pelo Diploma Legislativo n.º 1724, de 23 de Setembro de 1970:

N.º de ordem	Nome do professor inscrito	Valorização profissional
1	Maria de Fátima da Luz Lima ...	16 valores
2	N colau Tolentino Ramos ...	16 »
3	Amélia Augusta da Silva Leite ...	16 »
4	Fernanda Ramos Pinheiro ...	16 »
5	Fausta Maria Silva ...	15 »
6	Maria Manuela Gomes Moura Sabino	15 »
7	Celeste Ascensão Duarte ...	15 »
8	Graciete Flomena Cruz Almeida ...	15 »
9	Herminia Gomes da Cruz Curado Freireira ...	14 »
10	Osilda Monteiro de Azevedo Ramos...	14 »
11	Joana Antónia Delgado ...	14 »
12	Manuela Teresa de Jesus Alves Silva	14 »
13	Mirandolina Rodrigues Duarte...	14 »
14	António Ramos Lopes ...	13 »
15	Maria Genevieve Monteiro ...	13 »
16	Maria José Borges de Brito ...	13 »
17	Marcelino Rodrigues Fernandes ...	13 »
18	Fátima Maria A. Almeida Monteiro.	13 »
19	Leandra Tereza da Costa e Silva ...	13 »
20	Luisa Maria Varela H. Barreto ...	13 »
21	Fernanda de Pina Monteiro ...	13 »
22	Silvestra Maria dos Santos ...	12 »
23	Maria Auxiliadora C. Figueiredo Ramos ...	12 »
24	Iolanda Nunes de P. Correia Mendes	12 »
25	Etelvina dos Reis Brito ...	11 »
26	Maria José Epifânia do R. B. A. Andrade ...	11 »
27	Maria de Fátima Gomes de P. Mon- teiro ...	11 »

Secretaria-Geral da Educação, na Praia, 24 de Abril de 1978. — O Secretário-Geral, *João Quirino Spencer*.

—oço—

## MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

## Conselho Nacional de Justiça

Extractos de acórdãos:

Relator: Camarada Dr. Manuel de Jesus Montefro Duarte,  
Juiz Presidente do Conselho Nacional de Justiça:

Processo n.º 1/78:

Secretariado Administrativo do Concelho de S. Vicente, pela sua gerência de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1976, julgado quite por duto acórdão de 9 de Março de 1978, com a receita de 11 786 652\$09, a despesa de 6 865 471\$53 e o saldo de 4 921 180\$56, que transitou para a gerência seguinte.

Processo n.º 2/78:

Maria da Conceição Semedo, como chefe da Estação Radiotelegráfica da Praia, de 1 de Janeiro a 26 de Julho de

1976, julgada quite por duto acórdão de 9 de Março de 1978, com o saldo de 210 088\$70, a transitar para a gerência seguinte.

Processo n.º 3/78:

Clarice Lopes Barbosa Amado, como chefe da Estação Radiotelegráfica da Praia, de 26 de Julho a 4 de Outubro de 1976, julgada quite por duto acórdão de 9 de Março de 1978, com o saldo de 7 626\$60, a transitar para a gerência seguinte.

Processo n.º 4/78:

Maria da Conceição Semedo, como chefe da Estação Radiotelegráfica da Praia, de 4 de Outubro a 31 de Dezembro de 1976, julgada quite por duto acórdão de 9 de Março de 1978, com o saldo de 459 117\$90, a transitar para a gerência seguinte.

Processo n.º 5/78:

Josefina Maria Alves, como chefe da Estação Radiotelegráfica Postal da Vila de Ribeira Brava, de 1 de Janeiro a 30 de Junho de 1976, julgada quite por duto acórdão de 9 de Março de 1978, com o saldo de 91 400\$00, a transitar para a gerência seguinte.

Processo n.º 6/78:

Ana Teresa Lima Monteiro, como chefe da Estação Radiotelegráfica Postal de Ribeira Brava, de 1 de Julho a 31 de Dezembro de 1976, julgada quite por duto acórdão de 9 de Março de 1978, com o saldo de 145 755\$10, a transitar para a gerência seguinte.

Processo n.º 7/78:

Clarice Lopes Barbosa Amado, como chefe da Estação Telégrafo-postal de Santa Catarina — Assomada, de 1 de Janeiro a 10 de Junho de 1976, julgada quite por duto acórdão de 9 de Março de 1978, com o saldo de 93 757\$20, a transitar para a gerência seguinte.

Processo n.º 8/78:

Luis Lino Gomes, como chefe da Estação Telégrafo-postal de Santa Catarina, de 11 de Junho a 31 de Dezembro de 1976, julgado quite por duto acórdão de 9 de Março de 1978, com o saldo de 106 129\$30, a transitar para a gerência seguinte.

Processo n.º 9/78:

Luis Lino Gomes, como chefe da Estação Radiotelegráfica-postal da Vila de Maria Pia, de 1 de Janeiro a 21 de Março de 1976, julgado quite por duto acórdão de 9 de Março de 1978, com o saldo de 26 212\$40, a transitar para a gerência seguinte.

Processo n.º 10/78:

Daniel dos Santos Gomes, como encarregado do Posto Fiscal da Ribeira da Barca, de 10 de Junho a 31 de Dezembro de 1975, julgado quite por duto acórdão de 9 de Março de 1978, com o saldo de 720\$, a transitar para a gerência seguinte.

Processo n.º 11/78:

Roberto Cristino Lima, como recebedor dos Serviços de Finanças do concelho do Fogo — S. Filipe, de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1974, julgado quite por duto acórdão de 9 de Março de 1978, com o saldo de 6 750 299\$94, a transitar para a gerência seguinte.

Processo n.º 12/78:

Ernesto Alves, como recebedor dos Serviços de Finanças do concelho do Fogo — Mosteiros, de 1 de Agosto a 31 de

Dezembro de 1974, jugado quite por doudo acórdão de 9 de Março de 1978, com o saldo de 1 913 061\$99, a transitar para a gerência seguinte.

Processo n.º 13/78:

Ernesto Alves, como recebedor dos Serviços de Finanças do concelho do Fogo — Mosteiros, de 1 de Janeiro a 31 de Maio de 1975, jugado quite por doudo acórdão de 9 de Março de 1978, com o saldo de 1 673 564\$69, a transitar para a gerência seguinte.

Processo n.º 14/78:

Célia Natalina Azevedo Monteiro, como chefe da Secção Especial de Vales da Praia, de 1 de Janeiro a 20 de Agosto de 1976, julgada quite por doudo acórdão de 9 de Março de 1978, com o saldo de 5 203\$, a transitar para a gerência seguinte.

Processo n.º 15/78:

Augusta Monteiro Lima, como chefe da Estação Postal da Ribeira Bote — S. Vicente, de 1 de Abril a 31 de Dezembro de 1976, julgada quite por doudo acórdão de 9 de Março de 1978, com o saldo de 30 000\$, a transitar para a gerência seguinte.

Processo n.º 16/78:

Joana Soares Ferreira da Conceição, como fiel-pagador da Delegação Regional dos Serviços de Economia, em S. Vicente, de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1973, julgada quite por doudo acórdão de 9 de Março de 1978, com o saldo de 11 847\$, a transitar para a gerência seguinte.

Processo n.º 17/78:

Joana Soares Ferreira da Conceição, como fiel-pagador da Delegação Regional dos Serviços de Economia, em S. Vicente, de 1 de Janeiro a 23 de Maio de 1974, julgada quite por doudo acórdão de 9 de Março de 1978, com o saldo de 306 743\$20, a transitar para a gerência seguinte.

Processo n.º 18/78:

Maria de Fátima Vieira Ferreira, como fiel-pagador da Delegação Regional dos Serviços de Economia em S. Vicente, de 24 de Maio a 30 de Novembro de 1974, julgada quite por doudo acórdão de 9 de Março de 1978, com o saldo de 13 132\$50, a transitar para a gerência seguinte.

Processo n.º 19/78:

Joana Soares Ferreira da Conceição, como fiel-pagador da Delegação Regional dos Serviços de Economia, em S. Vicente, de 1 a 31 de Dezembro de 1974, julgada quite por doudo acórdão de 9 de Março de 1978, com o saldo de 12 654\$50, a transitar para a gerência seguinte.

Processo n.º 20/78:

Joana Soares Ferreira da Conceição, como fiel-pagador da Delegação Regional dos Serviços de Economia, em S. Vicente, de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1975, julgada quite por doudo acórdão de 9 de Março de 1978, com o saldo de 12 356\$50, a transitar para a gerência seguinte.

Processo n.º 21/78:

João Baptista dos Santos, como chefe e tesoureiro do Posto de Despacho de Sal-Rei (Boa-Vista), de 30 de Março a 31 de Julho de 1976, jugado quite por doudo acórdão de 9 de Março de 1978, sem saldo algum a transitar para a gerência seguinte.

Processo n.º 22/78:

Dionísio Alfredo Livramento, como chefe e tesoureiro do Posto de Despacho de Sal-Rei (Boa-Vista), de 1 de Agosto

a 31 de Dezembro de 1976, jugado quite por doudo acórdão de 9 de Março de 1978, sem saldo algum a transitar para a gerência seguinte.

Processo n.º 23/78:

Ruth Pires Leston, como chefe da Secção Especial de Vales de S. Vicente, de 1 de Julho a 31 de Dezembro de 1976, julgada quite por doudo acórdão de 9 de Março de 1978, com o saldo de 5 360\$00, a transitar para a gerência seguinte.

Relator: Camarada Dr. António Manuel Caldera Marques, Juiz-Conselheiro do Conselho Nacional da Justiça.

Processo n.º 24/78:

Adolfo Tavares dos Santos, como tesoureiro do Posto Fiscal do Porto Inglês-Maio, de 1 de Janeiro a 29 de Novembro de 1975, jugado quite por doudo acórdão de 9 de Março de 1978, com o saldo de 82\$60, a transitar para a gerência seguinte.

Processo n.º 25/78:

Isidoro Baptista, como chefe e tesoureiro do Posto Fiscal do Porto Inglês-Maio, de 1 a 31 de Dezembro de 1975, jugado quite por doudo acórdão de 9 de Março de 1978, com o saldo de 142\$60, a transitar para a gerência seguinte.

Processo n.º 26/78:

Secretariado Administrativo do concelho da Boa-Vista, pela sua gerência de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1976, jugado quite por doudo acórdão de 9 de Março de 1978, com a receita de 876 248\$54, a despesa de 606 437\$05 e o saldo de 269 811\$49, a transitar a gerência seguinte.

Processo n.º 27/78:

Armando Napoleão de Burgo Fernandes, como encarregado da Delegacia de Saúde do concelho do Parto Novo, de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1975, jugado quite por doudo acórdão de 9 de Março de 1978, com o saldo de 15 051\$51, a transitar para a gerência seguinte.

Processo n.º 28/78:

Ante: o Alfredo de Pina Cruz, como encarregado do Posto Sanitário de Calheta de São Miguel, de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1974, jugado quite por doudo acórdão de 9 de Março de 1978, com o saldo de 16 957\$20, a transitar para a gerência seguinte.

Processo n.º 29/78:

Antero Alfredo de Pina Cruz, como encarregado do Posto Sanitário de Calheta de São Miguel, de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1975, jugado quite por doudo acórdão de 9 de Março de 1978, com o saldo de 35 938\$20, a transitar a gerência seguinte.

Processo n.º 30/78:

João Anastácio Mendes de Oliveira, como tesoureiro dos Serviços das Alfândegas da Praia, de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1974, jugado quite por doudo acórdão de 9 de Março de 1978, com o saldo de 882 637\$06 a transitar para a gerência seguinte.

Processo n.º 31/78:

João Anastácio Mendes de Oliveira, como tesoureiro dos Serviços das Alfândegas da Praia, de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1975, jugado quite por doudo acórdão de 9 de Março de 1978, com o saldo de 1 610 722\$66, a transitar para a gerência seguinte.

## Processo n.º 32/78:

João Anastácio Mendes de Oliveira, como tesoureiro dos Serviços das Alfândegas da Praia, de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1976, julgado quite por duto acórdão de 9 de Março de 1978, com o saldo de 1 944 262\$66, a transitar para a gerência seguinte.

## Processo n.º 33/78:

Valdemar Natividade Rosário Cruz, como recebedor dos Serviços de Finanças do concelho da Boa Vista, de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1974, julgado quite por duto acórdão de 9 de Março de 1978, com o saldo de 2 263 455\$76, a transitar para a gerência seguinte.

## Processo n.º 34/78:

Valdemar Natividade Rosário Cruz, como recebedor dos Serviços de Finanças do concelho da Boa Vista, de 1 de Janeiro a 30 de Novembro de 1975, julgado quite por duto acórdão de 9 de Março de 1978, com o saldo de 7 260 681\$86, a transitar para a gerência seguinte.

## Processo n.º 35/78:

Roberto Bonifácio de Oliveira Fonseca, como responsável pelos móveis e utensílios da Direcção Nacional de Finanças da República de Cabo Verde, de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1975, julgado quite por duto acórdão de 9 de Março de 1978, com o saldo de 613 485\$35, a transitar para a gerência seguinte.

## Processo n.º 36/78:

Eurico Doutra Correia Brazão de Almeida, como responsável pelos móveis e utensílios de Recebedoria de Finanças do concelho do Porto Novo, de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1976, julgado quite por duto acórdão de 9 de Março de 1978, com o saldo de 22 366\$50, a transitar para a gerência seguinte.

## Processo n.º 37/78:

Presidente da Caixa de Crédito de Cabo Verde, como responsável pelos móveis e utensílios da Caixa de Crédito de Cabo Verde, de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1976, julgado quite por duto acórdão de 9 de Março de 1978, com o saldo de 212 212\$90, a transitar para a gerência seguinte.

## Processo n.º 37/A-78:

Conselho Administrativo da Alfândega da Praia, como responsável pelos móveis e utensílios da Direcção-Geral e Alfândega da Praia, de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1975, julgado quite por duto acórdão de 9 de Março de 1978, com o saldo de 1 079 823\$07, a transitar para a gerência seguinte.

## Processo n.º 38/78:

Orlando de Almeida Vitória, como responsável pelos móveis e utensílios da Recebedoria de Finanças do concelho de S. Vicente, de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1975, julgado quite por duto acórdão de 9 de Março de 1978, com o saldo de 19 701\$, a transitar para a gerência seguinte.

## Processo n.º 39/78:

João Luís Barbosa Vicente, como responsável pelos móveis e utensílios da Recebedoria de Finanças do concelho da Ribeira Grande, de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1975, julgado quite por duto acórdão de 9 de Março de 1978, com o saldo de 26 430\$, a transitar para a gerência seguinte.

## Processo n.º 40/78:

Manuel Augusto Tavares, como responsável pelos móveis e utensílios da Repartição de Finanças do concelho do

Maio, de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1975, julgado quite por duto acórdão de 9 de Março de 1978, com o saldo de 35 795\$50, a transitar para a gerência seguinte.

## Processo n.º 41/78:

Daniel dos Santos Brito, como responsável pelos móveis e utensílios do Posto Fiscal da Ribeira da Barca, de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1976, julgado quite por duto acórdão de 9 de Março de 1978, com o saldo de 7 695\$80, a transitar para a gerência seguinte.

## Processo n.º 42/78:

Tomás Cecília Marçal, como responsável pelos móveis e utensílios da Direcção Nacional de Obras Públicas da República de Cabo Verde, de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1976, julgado quite por duto acórdão de 9 de Março de 1978, com o saldo de 4 136 888\$30, a transitar para a gerência seguinte.

## Processo n.º 43/78:

António Silvestre Além, como responsável pelos móveis e utensílios da Estação Radiotelegráfica-postal de S. Vicente, de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1976, julgado quite por duto acórdão de 9 de Março de 1978, com o saldo de 373 025\$70, a transitar para a gerência seguinte.

## Processo n.º 44/78:

José Coelho de Carvalho, como responsável pelos móveis e utensílios da Estação Radiotelegráfica-postal de S. Filipe, de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1976, julgado quite por duto acórdão de 9 de Março de 1978, com o saldo de 314 871\$13, a transitar para a gerência seguinte.

## Processo n.º 45/78:

Alfredo Lopes, como responsável pelos móveis e utensílios do Posto Fiscal da Palmeira, de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1976, julgado quite por duto acórdão de 9 de Março de 1978, com o saldo de 4 172\$, a transitar para a gerência seguinte.

## Processo n.º 46/78:

José Miguel Azancoth, como responsável pelos móveis e utensílios do Posto Fiscal do Tarrafal de S. Nicolau, de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1976, julgado quite por duto acórdão de 9 de Março de 1978, com o saldo de 3 040\$30, a transitar para a gerência seguinte.

Relator: Camarada Dr. António Manuel Mascarenhas Gomes Monteiro, Juiz-Conselheiro, por acumulação, do Conselho Nacional de Justiça.

## Processo n.º 47/78:

Horácio Mendes de Carvalho, como responsável pelos móveis e utensílios do Posto Fiscal de Santiago — Pedra Badejo, de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1976, julgado quite por duto acórdão de 9 de Março de 1978, com o saldo de 2 162\$, a transitar para a gerência seguinte.

## Processo n.º 48/78:

Eusébio Gomes Monteiro, como responsável pelos móveis e utensílios do Posto Fiscal de Calheta de S. Miguel, de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1976, julgado quite por duto acórdão de 9 de Março de 1978, com o saldo de 1 972\$, a transitar para a gerência seguinte.



Processo n.º 49/78:

Secretariado Administrativo do concelho de Santa Catarina, pela sua gerência de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1976, julgada quite por doudo acórdão de 9 de Março de 1978, com a receita de 1 895 052\$15, a despesa de 1 239 208\$60 e o saldo de 655 843\$55, a transitar para a gerência seguinte.

Processo n.º 50/78:

Caixa de Crédito de Cabo Verde, pela sua gerência de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1977, julgada quite por doudo acórdão de 9 de Março de 1978, com a receita de 3 507 043\$00, a despesa de 204 402\$70 e o saldo de 3 302 640\$30, a transitar para a gerência seguinte.

Processo n.º 51/78:

Ana Teresa Lima Monteiro, como responsável pelos móveis e utensílios da Estação Radiotelegráfica-postal da vila de Ribeira Brava, de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1976, julgada quite por doudo acórdão de 9 de Março de 1978, com o saldo de 136 372\$07, a transitar para a gerência seguinte.

Processo n.º 52/78

Manuel António dos Santos, como responsável pelos móveis e utensílios da Repartição de Finanças do concelho da Ribeira Grande, de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1975, julgado quite por doudo acórdão de 9 de Março de 1978, com o saldo de 36 652\$60, a transitar para a gerência seguinte.

Processo n.º 53/78:

João Baptista de Jesus Pereira, como responsável pelos móveis e utensílios do Parque Automóvel, de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1975, julgado quite por doudo acórdão de 9 de Março de 1978, com o saldo de 576 673\$40, a transitar para a gerência seguinte.

Processo n.º 54/78:

João Baptista de Jesus Pereira, como responsável pelos móveis e utensílios do Parque Automóvel, de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1976, julgado quite por doudo acórdão de 9 de Março de 1978, com o saldo de 576 673\$40, a transitar para a gerência seguinte.

Processo n.º 55/78:

João Filipe Lopes de Jesus, como responsável pelos móveis e utensílios da Estação Rádio Postal de Nova Sintra — Brava, de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1976, julgado quite por doudo acórdão de 9 de Março de 1978, com o saldo de 292 690\$50, a transitar para a gerência seguinte.

Processo n.º 56/78:

Carlos Alberto Brito, como responsável pelos móveis e utensílios do Posto de Despacho da Furna — Brava, de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1976, julgado quite por doudo acórdão de 9 de Março de 1978, com o saldo de 24 972\$30, a transitar para a gerência seguinte.

Processo n.º 57/78:

Marcos Andrade Nascimento, como responsável pelos móveis e utensílios do Posto de Despacho do Porto Novo, de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1976, julgado quite por doudo acórdão de 9 de Março de 1978, com o saldo de 15 294\$, a transitar para a gerência seguinte.

Processo n.º 58/78:

Manuel António Fontes, como responsável pelos móveis e utensílios da Estação Telégrafo-postal da vila de Ribeira Grande, de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1976, julgado quite por doudo acórdão de 9 de Março de 1978, com o saldo de 27 901\$70, a transitar para a gerência seguinte.

Processo n.º 59/78:

Noemi Pires Monteiro, como responsável pelos móveis e utensílios da Estação Postal de Santa Maria — Sal, de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1976, julgado quite por doudo acórdão de 9 de Março de 1978, com o saldo de 47 164\$75, a transitar para a gerência seguinte.

Processo n.º 60/78:

Felismino Spencer Lopes, como responsável pelos móveis e utensílios da Estação Urbana da Fazenda, de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1976, julgado quite por doudo acórdão de 9 de Março de 1978, com o saldo de 45 765\$80, a transitar para a gerência seguinte.

Processo n.º 61/78:

Manuel António dos Santos, como responsável pelos móveis e utensílios dos Serviços do Finanças do concelho da Ribeira Grande, de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1976, julgado quite por doudo acórdão de 9 de Março de 1978, com o saldo de 37 152\$60, a transitar para a gerência seguinte.

Processo n.º 62/78:

Casimiro Gomes Dias, como responsável pelos móveis e utensílios do Posto Fiscal do Tarrafal de Monte Trigo, de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1976, julgado quite por doudo acórdão de 9 de Março de 1978, com o saldo de 1 807\$, a transitar para a gerência seguinte.

Processo n.º 63/78:

Isidoro Baptista, como responsável pelos móveis e utensílios do Posto Fiscal da ilha do Maio, de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1976, julgado quite por doudo acórdão de 9 de Março de 1978, com o saldo de 18 190\$30, a transitar para a gerência seguinte.

Processo n.º 64/78:

Humberto José Duarte, como responsável pelos móveis e utensílios do Posto de Despacho da Preguiça — S. Nicolau, de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1976, julgado quite por doudo acórdão de 9 de Março de 1978, com o saldo de 27 489\$30; a transitar para a gerência seguinte.

Processo n.º 65/78:

Victorino Lopes Estevão Rocha, como responsável pelos móveis e utensílios do Posto Especial de Despacho de Santa Maria — Sal, de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1976, julgado quite por doudo acórdão de 9 de Março de 1978, com o saldo de 28 722\$, a transitar para a gerência seguinte.

Processo n.º 66/78:

Aguinaldo Severino Pires Ferreira de Moraes, como responsável pelos móveis e utensílios da Alfândega de Espargos — Sal, de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1976, jul-

gado quite por doudo acórdão de 9 de Março de 1978, com o saldo de 28 722\$, a transitar para a gerência seguinte.

Processo n.º 67/78:

Conselho Administrativo da Alfândega, como responsável pelos móveis e utensílios da Alfândega do Mindelo, de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1976, julgado quite por doudo acórdão de 9 de Março de 1978, com o saldo de 473 664\$93, a transitar para a gerência seguinte.

Processo n.º 68/78:

Adozinda Gomes Medina, como responsável pelos móveis e utensílios da Estação Radiotelegráfica Postal dos Mosteiros, de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1975, julgada quite por doudo acórdão de 9 de Março de 1978, com o saldo de 27 095\$, a transitar para a gerência seguinte.

Processo n.º 69/78:

Filipe Garcia de Pina, como responsável pelos móveis e utensílios da Patronia-Mór do Fogo, de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1975, julgado quite por doudo acórdão de 9 de Março de 1978, com o saldo de 9 530\$, a transitar para a gerência seguinte.

Processo n.º 70/78:

José Frederico, como responsável pelos móveis e utensílios da Patronia-Mór do Maio, de 1 de Janeiro a 31 de De-

zembro de 1976, julgado quite por doudo acórdão de 9 de Março de 1978, com o saldo de 8 415\$, a transitar para a gerência seguinte.

Processo n.º 71/78:

João Marques Serra, como responsável pelos móveis e utensílios da Delegação Marítima de Sotavento, de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1974, julgado quite por doudo acórdão de 9 de Março de 1978, com o saldo de 170 240\$, a transitar para a gerência seguinte.

Processo n.º 72/78:

Alfredo do Nascimento Soares, como responsável pelos móveis e utensílios da Delegação Marítima de Sotavento, de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1975, julgado quite por doudo acórdão de 9 de Março de 1978, com o saldo de 214 890\$, a transitar para a gerência seguinte.

Processo n.º 73/78:

Alfredo do Nascimento Soares, como responsável pelos móveis e utensílios da Delegação Marítima de Sotavento, de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1976, julgado quite por doudo acórdão de 9 de Março de 1978, com o saldo de 214 490\$, a transitar para a gerência seguinte.

Está conforme.

Secretaria do Conselho Nacional de Justiça, na Praia, 27 de Março de 1978. — O Secretário, *Pedro da Luz Monteiro*.

## CONTAS E BALANCETES DIVERSOS

### BANCO DE CABO VERDE

Praia (Santiago)

Direcção das Relações com o Estrangeiro e do Controlo de Câmbios

Notas Estrangeiras

Notas Estrangeiras

Em 4/5/78

N.º 17/78

Em 8/5/78

N.º 18/78

Notas	Compras	Vendas
Africa do Sul ... .. Rand	23\$54	27\$57
Alemanha ... .. Marco	16\$33	17\$75
América 1 e 2 ... .. Dólares	33\$43	36\$38
América 5 a 1000 ... .. Dólares	33\$94	36\$89
Argentina ... .. Peso Novo	—\$—	—\$—
Austria ... .. Xelim	2\$27	2\$46
Bélgica ... .. Franco	1\$04	1\$13
Brasil ... .. Cruzeiro novo	—\$—	—\$—
Canadá 1 e 2 ... .. Dólares	29\$64	32\$26
Canadá N. Grandes ... .. Dólares	30\$15	32\$77
Dinamarca ... .. Coroa	5\$98	6\$50
Espanha ... .. Peseta	\$418	\$454
Finlândia ... .. Markka	8\$01	8\$71
França ... .. Franco	7\$33	7\$97
Holanda ... .. Florim	15\$28	16\$61
Inglaterra ... .. Libra	62\$05	67\$44
Itália ... .. Lira	\$035	\$038
Japão ... .. Iéne	\$135	\$147
Marrocos ... .. Dirham	—\$—	—\$—
Noruega ... .. Coroa	6\$28	6\$82
Senegal ... .. C. F. A.	\$146	\$160
Suécia ... .. Coroa	7\$32	7\$96
Suíça ... .. Franco	17\$36	18\$87
Venezuela ... .. Bolivar	—\$—	—\$—
Portugal ... .. Escudo	\$802	\$872

Notas:	Compra	Vendas
Africa do Sul ... .. Rand	23\$55	27\$58
Alemanha ... .. Marco	16\$35	17\$77
América 1 e 2 ... .. Dólares	33\$45	36\$40
América 5 a 1000 ... .. Dólares	33\$96	36\$91
Argentina ... .. Peso Novo	—\$—	—\$—
Austria ... .. Xelim	2\$2716	2\$469
Bélgica ... .. Franco	1\$05	1\$14
Brasil ... .. Cruzeiro Novo	—\$—	—\$—
Canadá 1 e 2 ... .. Dólares	29\$58	32\$19
Canadá N. Grandes ... .. Dólares	30\$09	32\$70
Dinamarca ... .. Coroa	5\$98	6\$50
Espanha ... .. Peseta	0\$418	0\$455
Finlândia ... .. Markka	8\$03	8\$73
França ... .. Franco	7\$36	8\$00
Holanda ... .. Florim	15\$31	16\$64
Inglaterra ... .. Libra	62\$18	67\$58
Itália ... .. Lira	\$0353	\$0383
Japão ... .. Iéne	\$1364	\$1432
Marrocos ... .. Dirham	—\$—	—\$—
Noruega ... .. Coroa	6\$27	6\$81
Senegal ... .. C. F. A.	\$147	\$16
Suécia ... .. Coroa	7\$33	7\$97
Suíça ... .. Franco	17\$42	18\$93
Venezuela ... .. Bolivar	—\$—	—\$—
Portugal ... .. Escudo	\$801	\$871

Direcção das Relações com o Estrangeiro e do Controlo de Câmbios, na Praia, 8 de Maio de 1978. — Pela Direcção, *António José Lopes da Luz*.

Companhia de Seguros Fidelidade

Balanço da Agência Geral de Cabo Verde em 30 de Dezembro de 1977

	Vida	AC. trabalho	Restantes ramos	Contas gerais	Sub-totais	Totais
<b>ACTIVO</b>						
<b>SALDOS DA AGÊNCIA:</b>						
<b>VALORES DE EMPREGO DAS RESERVAS:</b>						
Títulos de Crédito e Numerário Próprios... ..	—\$—	—\$—	—\$—	—\$—	—\$—	—\$—
Empréstimos sobre apólices ... ..	15 642\$30	—\$—	—\$—	—\$—	15 642\$30	15 642\$30
Devedores por valores em Depósito:						
Vários ... ..	—\$—	—\$—	—\$—	200\$00	—\$—	200\$00
Mobiliário e material ... ..	—\$—	—\$—	—\$—	28 968\$70	28 968\$70	28 968\$70
Amortizações de mobiliário e material ... ..	—\$—	—\$—	—\$—	- 17 510\$90	- 17 510\$90	- 17 510\$90
Devedores Gerais:						
Segurados, corresp. e angariadores... ..	—\$—	—\$—	—\$—	—\$—	—\$—	—\$—
Outros ... ..	4 261\$40	—\$—	2 931\$40	—\$—	7 192\$80	7 192\$80
Prémios em cobrança:						
Na Agência Geral ... ..	5 163\$75	27 335\$70	31 741\$85	—\$—	64 241\$30	68 821\$50
Nas Sub-Agências... ..	1 019\$60	—\$—	3 560\$60	—\$—	4 580\$20	68 821\$50
Depósitos em Bancos ... ..	—\$—	—\$—	—\$—	549 409\$40	—\$—	549 409\$40
Caixa ... ..	—\$—	—\$—	—\$—	—\$—	—\$—	—\$—
Reservas Técnicas de Resseguros cedidos:						
Reserva matemática de Resseguros cedidos ... ..	17 434\$64	—\$—	—\$—	—\$—	—\$—	17 434\$64
Reserva de Garantia de Resseguros cedidos ... ..	—\$—	1 045\$30	152 136\$80	—\$—	—\$—	153 182\$10
Reservas de Seguros venc. de resseguros cedidos.	—\$—	—\$—	—\$—	—\$—	—\$—	—\$—
<b>Total ... ..</b>	<b>43 521\$69</b>	<b>28 381\$00</b>	<b>190 370\$65</b>	<b>561 067\$20</b>		<b>823 340\$54</b>
<b>PASSIVO</b>						
<b>SALDOS DA AGÊNCIA:</b>						
Reserva matemática de seguros directos ... ..	490 088\$79	319 057\$50	—\$—	—\$—	—\$—	809 146\$29
Reserva de Garantia de seguros directos... ..	—\$—	37 619\$17	—\$—	—\$—	—\$—	361 314\$38
Reserva de seguros venc. de seguros directos ... ..	—\$—	—\$—	323 695\$21	—\$—	—\$—	—\$—
Credores Gerais:						
Segurados Corresp. e Angariadores ... ..	—\$—	—\$—	—\$—	143 601\$50	143 601\$50	143 601\$50
Outros ... ..	—\$—	10 010\$30	—\$—	—\$—	10 010\$30	153 611\$80
Indemnizações a pagar:						
De seguros directos ... ..	—\$—	—\$—	- 3 847\$50	—\$—	—\$—	- 3 847\$50
Comissões a pagar:						
De seguros directos ... ..	553\$65	3 301\$90	4 784\$70	—\$—	—\$—	8 640\$25
Provisões:						
Para prémios em cobrança ... ..	7 422\$45	27 335\$70	25 286\$80	—\$—	60 044\$95	60 044\$95
Diversos ... ..	210\$60	345\$40	181\$10	—\$—	374\$90	60 419\$85
Flutuações de valores:						
D títulos de crédito... ..	—\$—	—\$—	—\$—	—\$—	—\$—	—\$—
Séde:						
Ganhos e perdas... ..	—\$—	—\$—	—\$—	485 681\$89	485 681\$89	—\$—
Saldo ... ..	—\$—	—\$—	—\$—	- 1 051 626\$42	- 1 051 626\$42	- 565 944\$53
<b>Total ... ..</b>	<b>498 275\$49</b>	<b>397 669\$97</b>	<b>349 738\$11</b>	<b>- 422 343\$03</b>		<b>823 340\$54</b>

Conta de Ganhos e Perdas da Agência Geral de Cabo Verde, em 30 de Dezembro de 1977

	Vida	Acidentes tra- tamento	Acidentes personais	Fogo	Automóveis	Marítimo	Aéreo	Diversos	Conta geral	Subtotais	Totais
<b>DEBITO</b>											
<i>Transf. das Contas da Agência:</i>											
Reserva Mat. de seguros directos...	10 955\$41	51 612\$57	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	62 567\$98
Reserva de garantia de seg. directos	—\$	11 510\$07	—\$	5 162\$87	65 126\$65	19 246\$01	—\$	1 321\$85	—\$	—\$	102 367\$45
Provisões para prémios em cobrança	2 542\$50	—\$	887\$90	1 445\$60	10 820\$20	1 676\$00	—\$	—\$	—\$	—\$	16 872\$20
Amortizações...	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	2 682\$30
Comissões:											
De seguros directos...	5 267\$65	24 944\$10	2 946\$60	39 417\$85	39 246\$40	26 484\$80	151 756\$90	2 830\$30	—\$	292 894\$60	
Despesas de aquisição...	500\$00	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	500\$00	293 394\$60
Indemnizações:											
De seguros directos											
Do exercício...	50 321\$00	1 800\$00	—\$	—\$	77 859\$00	—\$	—\$	—\$	—\$	129 980\$00	
Do exercício anterior (reaj.)...	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	129 980\$00
Despesas gerais:											
Admin. (Outras desp. de Admin.)	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	223 294\$20	223 294\$20	
Impostos (Encargos Fiscais)...	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	70 741\$00	70 741\$00	294 035\$20
Encargos diversos...	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$
De resseguros colocados pela séde:											
Reserva matemática de resseguros cedidos (dim.)...	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$
Reserva de garantia de resseguros cedidos (dim.)...	—\$	—\$	664\$20	—\$	—\$	—\$	2 461\$60	264\$20	—\$	—\$	—\$
Encargos de resseguros cedidos:											
Prémios...	4 064\$80	6 271\$70	20 107\$00	160 572\$50	6 733\$20	149 637\$00	719 904\$90	8 950\$10	—\$	1 076 241\$20	3 390\$00
Juros...	—\$	—\$	155\$60	—\$	—\$	22\$90	7\$80	2\$20	—\$	188\$50	1 076 429\$70
	73 651\$36	96 138\$44	24 261\$30	206 598\$82	199 785\$45	197 066\$71	874 131\$20	13 368\$65	296 717\$50		1 981 719\$43
Saldo ...											485 681\$89
											2 467 401\$32
<b>CRÉDITO</b>											
Res. mat. de seg. directos...	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$
Res. de garantia de seg. directos...	—\$	—\$	1 040\$60	—\$	—\$	—\$	2 453\$57	—\$	—\$	—\$	—\$
Prov para prémios em cobrança...	—\$	1 251\$10	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	3 494\$17
Prémios e seus adic. de seg. directos.	66 648\$40	225 715\$60	25 777\$80	221 345\$55	370 697\$05	208 550\$40	926 423\$00	17 170\$75	—\$	—\$	1 251\$10
Rendimentos:											2 062 328\$55
Das res. técnicas de seg. directos...	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$
Dos valores livres...	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$
Receitas diversas...	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$
De resseguros colocados pela séde:											
Res. mat. de resseg. cedidos...	2 227\$80	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	2 227\$80
Res. de gar. de resseg. ced. ...	—\$	412\$50	—\$	3 935\$90	1 335\$50	14 268\$70	—\$	730\$70	—\$	—\$	20 683\$30
Receitas de resseguros cedidos:											
Comissões...	221\$00	—\$	8 031\$20	72 273\$30	—\$	41 750\$00	251 966\$70	3 174\$20	—\$	317 416\$40	—\$
Indemnizações...	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$
	69 097\$20	227 379\$20	34 849\$60	297 554\$75	372 032\$55	264 569\$10	1 180 843\$27	21 075\$65	—\$	—\$	2 467 401\$32

Companhia de Seguros Fidelidade — Agência Geral de Cabo Verde, 30 de Dezembro de 1977. — O Agente Geral, Maria de Fátima Levy Varela Martins.